

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Requerimento de Informações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal acerca da distribuição de materiais e uniformes escolares aos alunos da rede municipal de ensino no presente ano letivo.

Conforme inciso XVII do Art. 58 da Lei Orgânica do Município

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos regimentais e após deliberação do Plenário, que seja oficiado ao Senhor Prefeito Municipal, por meio da Secretaria de Educação, para que preste as seguintes informações acerca da entrega dos materiais e uniformes escolares na rede municipal de ensino.

Considerando que este vereador tem sido procurado por pais e responsáveis de alunos da rede municipal, os quais relatam que, até o presente momento, ainda não receberam os kits de materiais escolares e uniformes referentes ao ano letivo em curso, e considerando que tais itens são de grande importância para garantir melhores condições de aprendizagem, igualdade entre os estudantes e apoio às famílias, especialmente neste início de ano letivo, solicita-se:

1. Qual é o cronograma previsto pela Secretaria de Educação para a entrega dos materiais e uniformes escolares aos alunos da rede municipal neste ano letivo?
2. Houve algum fator administrativo, logístico ou contratual que tenha ocasionado eventual atraso na distribuição desses itens?
3. Qual é a previsão para que todos os estudantes da rede municipal recebam integralmente os materiais e uniformes escolares?

Justifica-se o presente requerimento pelo interesse em acompanhar as ações da administração municipal e também em prestar esclarecimentos à população que tem buscado informações junto a este gabinete.

1) Gilvan Ferreira de Souza Júnior - Prefeito Municipal Prefeitura Municipal de Santo André

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 22 de abril de 2026.





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

Ver. Dandan
VEREADOR



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 370031003700310037003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.